

Evolução dos recenseamentos em Portugal e principais características da população portuguesa nas últimas décadas

Maria João Guardado Moreira¹
Maria Cristina Sousa Gomes²

Resumo

Neste artigo, centrado no recenseamento de 2011, conjugou-se uma reflexão considerando, por um lado análise da evolução das formas de recolha e organização informação em Portugal e, por outro, as principais características da evolução populacional. Um ano após a realização do Censo 2011 importa não só caracterizar as principais tendências que emergem, como apreender, comparativamente aos dois momentos censitários anteriores, as principais diferenças registadas. No entanto, esta análise representa também uma fase de percurso que tem vindo progressivamente a ser mais completo e abrangente, transparecendo a importância e centralidade dos censos na vida social atual.

Neste trabalho vai ser feita uma análise da evolução e trajetória dos censos em Portugal considerando formas de recolha, meios utilizados e organização da informação apresentada. Complementarmente apresentar-se-ão principais tendências relativas à evolução da população em Portugal partindo dos dados mais recentes: os dados provisórios do Censo 2011.

Palavras-chave: Censos, dinâmica da população portuguesa, evolução dos recenseamentos em Portugal, impactos regionais da evolução populacional.

¹ Escola Superior de Educação do Instituto Politécnico de Castelo Branco. Centro de Estudos da População, Economia e Sociedade - CEPSE (mjgmoreira@ipcb.pt)

² Departamento de Ciências Sociais Jurídicas e Políticas – Unidade de Investigação GOVCOPP Universidade de Aveiro (mcgomes@ua.pt)

**Census evolution in Portugal and main characteristics
of the Portuguese population in recent decades****Abstract**

This article focuses on the census of 2011, combines a reflection considering the development of information gathered and organized in Portugal and the main features of population evolution. One year after the conclusion of the 2011 Census it is important not only to characterize the main trends that emerged, but also to capture and compare them with the main differences registered from the two previous censuses. However, this analysis also represents a stage which has been progressively become more complete and comprehensive in today's social life, demonstrating the importance and centrality of the census today.

This paper will present an analysis of the evolution and trajectory of the census in Portugal considering the ways of gathering information, methods used and the organization of information. Complementarily the main trends concerning the evolution of the population in Portugal will be presented using the latest data available: provisional data of the 2011 Census.

Key words: Census, Portuguese population dynamics, Census evolution in Portugal, Regional impacts of population evolution.

**Evolution des recensements au Portugal
et les principales caractéristiques de la population portugaise
dans les dernières décennies****Résumé**

Cet article, centré sur le recensement de 2011, rejoint une réflexion considérant, analyse de l'évolution des formes de collecte et l'organisation au Portugal et, d'autre part, les principales caractéristiques de l'évolution de la population. Une année après le Recensement de 2011, il est important de souligner les tendances qui se dégagent, par rapport aux deux recensements précédents. Toutefois, cette analyse représente également une étape d'un processus qui a été de plus en plus complet et exhaustif, ce qui démontre l'importance et la centralité du recensement dans la vie sociale actuelle. On présentera une analyse de l'évolution de la trajectoire du recensement au Portugal, en considérant les moyens de collecte et d'organisation de l'information présentée. En parallèle se discutent, aussi, les principales tendances émergentes de l'évolution de la population au Portugal, à partir des données les plus récentes : les données provisoires du recensement de 2011.

Mots-clés: Recensement, Dynamique de la population portugaise, Évolution des recensements au Portugal, Impacts régionaux de l'évolution démographique.

INTRODUÇÃO³

A análise da dinâmica demográfica de uma determinada população, depende do tipo e da qualidade das fontes utilizadas. Embora as fontes actuais não coloquem os mesmos problemas em termos de qualidade que as de épocas mais recuadas, no entanto, não podemos deixar de equacionar algumas questões que, em maior ou menor medida, condicionam a abordagem a adoptar, os métodos a utilizar e os contornos espaciais e temporais a escolher. Mais ainda, uma análise deste tipo vai depender da forma como cada país organizou e desenvolveu a recolha, os meios implementados para avaliar a qualidade e os critérios de agregação dos dados.

Desde o século XIX que tem havido a preocupação, a nível internacional, para a uniformização deste processo de recolha e tratamento de informação, como testemunha o primeiro Congresso Internacional de Estatística, realizado em Bruxelas em 1853, que aprovou a primeira recomendação internacional formal sobre esta questão. É assim que não só se recomenda que cada Estado tenha uma comissão central de estatística, como se tomam uma série de resoluções tendentes à uniformização dos métodos de registo da população (recenseamentos, registos de população, movimento da população). Relativamente aos recenseamentos, recomenda-se, por exemplo, que sejam nominativos e utilizem a população de facto; que devam realizar-se decenalmente e fazer-se no mês de Dezembro; que haja um boletim por família compreendendo indicação do nome e do apelido, idade e local de nascimento, língua falada, religião, estado civil, profissão ou condição; que se faça um resumo dos resultados do recenseamento com formulários uniformes que permitam comparações internacionais (Dupâquier, Dupâquier 1985). E em 1872, no Congresso de S. Petersburgo, não só se recomenda que os recenseamentos se realizem de dez em dez anos, como também que coincidam com os anos terminados em zero, de modo a facilitar as comparações internacionais (Carrilho 1991; Nazareth 1988). Em Portugal, estas recomendações foram relativamente aplicadas, dependendo da conjuntura político-administrativa.

³ Este trabalho integra-se no projecto PTDC/CS-DEM/100530/2008 *Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas (DEMOSPIN)*, financiado pela Fundação para a Ciência e Tecnologia.

Também a Comunidade Europeia, a par das Nações Unidas, tem publicado recomendações que apelam a uma maior uniformização conceptual que possa dar um maior significado científico à comparabilidade dos dados estatísticos. Todavia, a aproximação aos critérios internacionais pode ter um reverso que se prende com uma posterior dificuldade na comparação das séries cronológicas de cada país. Do ponto de vista prático parece claro que convém fazer algumas aproximações que facilitem análises comparativas das séries demográficas. No que diz respeito aos recenseamentos, a Comissão das Comunidades Europeias considerou oportuno a criação de um programa que visasse, não só a sincronização dos anos censitários, como a compilação dos resultados numa série de quadros comuns relativos aos principais itens. Uma primeira tentativa foi feita no início da década de setenta, com resultados pouco satisfatórios. Depois, em 1973, foi adoptada uma directiva comunitária que procurava não só uma aproximação das datas de execução dos recenseamentos (entre 1 de Março e 31 de Maio de 1981), como propunha a elaboração de quadros comuns (Franco 1991). Para os recenseamentos de 1990/91, a Directiva Comunitária de 26 de Maio de 1987, relativa à sincronização do momento de realização dos recenseamentos nos doze países membros (também entre 1 de Março e 31 de Maio de 1991, com excepção da França e da Itália), considerava indispensável, para o estudo e definição das políticas regionais e sociais, proceder-se a "levantamentos periódicos e exaustivos da população e das principais características sociais, económicas e familiares dos indivíduos". Daí que no artigo 2º desta directiva se preconize a colaboração entre a Comissão e as autoridades competentes de cada Estado-membro, no sentido de se elaborar "um programa de quadros estatísticos a preparar com base nos recenseamentos" e que abranjam determinadas características demográficas, económicas e sociais dos indivíduos e dos seus agregados familiares, tanto a nível nacional como regional (Directiva do Conselho 87/287/CEE 1991).

Em Portugal, o primeiro recenseamento moderno, ou seja, realizado através do método directo, nominativo e simultâneo (utilizando o boletim de família), data de 1864 (Nazareth 1988). Durante o século XIX, a periodicidade foi algo irregular, para além do já referido fizeram-se recenseamentos em 1878 e 1890. Se o segundo recenseamento data de 1878 e estabeleceu o princípio dos recenseamentos decenais, o seguinte só veio a efectuar-se em 1890, precisamente para respeitar as directrizes do Congresso de Estatística de S. Petersburgo que, como já

dissemos, preconizava a realização dos censos de dez em dez anos, nos anos terminados em zero. É o que estabelece a Carta de Lei de 25 Agosto de 1887, pelo que o censo previsto para 1888 foi adiado para 1890. Até 1970 vai manter-se esta periodicidade e a escolha dos anos terminados em zero, excepto em 1910, ano em que foi proclamada a República, o que obrigou a que as operações censitárias fossem transferidas para o ano seguinte (Carrilho 1991; INE 1981; INE 2010; Nazareth 1988; Rocha 1991, Moreira 2001).

O recenseamento geral da população que deveria ter-se realizado em 1980 foi adiado para 1981 e o momento censitário foi fixado às zero horas do dia 16 de Março de 1981. Até então os censos tinham-se realizado no dia 1 de Dezembro em 1900, 1911, 1920 e 1930, às zero horas do dia 12 de Dezembro em 1940 e, a partir de 1950, no dia 15 de Dezembro. No entanto, a realização das operações censitárias em Dezembro, punha alguns problemas de coincidência com o período natalício e as respectivas férias escolares, que fomentam as movimentações populacionais, para além de haver uma menor predisposição da parte da população para o preenchimento dos questionários. Também as condições climatéricas e a menor disponibilidade que as Câmaras Municipais nessa altura (período de fecho de contas, inscrição de mancebos, etc.) não favoreciam o bom desenrolar da distribuição e recolha dos instrumentos de notação (INE 1981). Daí o Instituto Nacional de Estatística (INE) ter proposto a primeira quinzena de Março para a realização do censo de 1981, o que se enquadra, por outro lado, no período sugerido pela CEE para o calendário da realização das suas operações censitárias. De 1981 em diante os Recenseamentos vão realizar-se nos anos terminados em 1 e no período do ano estipulado pela Directiva 87/287/CEE1991.

O recenseamento realizado em 2011 é o culminar deste processo de evolução, sendo provavelmente o último que se realiza em moldes clássicos, pelo que importa não só analisar a evolução das formas de recolha e organização da informação em Portugal, como também conhecer as principais dinâmicas e tendências da população portuguesa que emergem da divulgação dos dados provisórios deste último recenseamento, comparativamente aos dois momentos censitários anteriores.

No desenvolvimento desta reflexão, apresentamos na primeira parte a caracterização e evolução dos recenseamentos em Portugal e, numa segunda, analisamos as principais características da evolução recente da população portuguesa. Esta análise foi elaborada a partir dos

dados censitários de 1991 e 2001 e dos resultados provisórios de 2011. A opção por nos centrarmos na evolução entre 1991 e 2011 prende-se com o facto de estas duas últimas décadas serem reveladoras de fenómenos marcantes da evolução recente da sociedade portuguesa – o impacto da imigração na realidade demográfica portuguesa e o rápido acentuar do processo de envelhecimento e de quebra da fecundidade. Procura-se, assim, destacar e compreender a continuidade e contrastes da evolução recente da população portuguesa.

1. CARACTERIZAÇÃO DA EVOLUÇÃO DOS RECENSEAMENTOS EM PORTUGAL

As preocupações que decorrem da implementação, mas também da necessidade da realização de recenseamentos da população⁴ estão presentes logo na Introdução do Censo de 1864 (Repartição de Estatística 1864: 5). “...Porque desde muito era sentida na administração pública de Portugal a necessidade de fazer recenseamento geral da população...”, muito embora esteja presente que “o Censo é susceptível de perfeição sucessiva” (Repartição de Estatística 1864: 6). Em 1878, no Censo, era reconhecido que “Portugal foi dos último paizes da Europa que se ocuparam de estudos estatísticos, com grave prejuízo da administração pública, a que todos servem de auxiliares e de complemento” (Repartição de Estatística 1878: 5). Mas deve ainda salientar-se outra das afirmações que constam da Introdução da publicação, pela reflexão que contém, ou seja, que para além da informação estatística importa também dispor do organismo responsável que produza e trate a informação do Censo:

...“Foi só no fim do século passado, quando em quasi todas as nações a estatística era considerada sciencia indispensável ao bom governo e régimen administrativo, que entre nós se tentou fazer d'ella uma instituição official, que a nenhum resultado pratico nos conduziu por então. Igual sorte tiveram as *Instruções estatísticas*, mandadas redigir em 1814 por ordem dos governadores do reino, bem como os inquéritos subsequentes, ainda anteriores ao estabelecimento do régimen constitucional. Foi em 1859, pela reorganização

⁴ Para esta caracterização da evolução dos censos e, principalmente das características dos recenseamentos de 1981 e 1991, seguimos de perto Moreira (2001:107-116).

do ministério das obras públicas, commercio e industria, que se deu fixidade á idéa, de desenvolver, melhorar e centralizar os trabalhos estatísticos, pela criação de uma nova repartição, que, como se deprehende das disposições do decreto que lhe deu existência, devia ser o nucleo e o centro de toda a impulsão que se pretendia dar a tão descurado como importante serviço”(Repartição de Estatística 1878: 5).

Embora com as limitações, aliás reconhecidas, houve, no entanto, o cuidado de o realizar de acordo com as orientações resultantes do Congresso Internacional de Estatística de Bruxelas (1853) e de Paris (1855).

O primeiro recenseamento marca, assim, um avanço na recolha de dados, visto que se adoptou o método directo, nominal e simultâneo, tendo os indivíduos que preencher um boletim de família onde deveria ficar registado o respectivo nome, sexo, idade, estado civil, profissão ou situação (embora as deficiências no preenchimento deste item ditassem o seu não apuramento) e naturalidade. Os dados que foram apurados foram divulgados por distrito, concelho e freguesia. A população de base foi a população de facto, situação que se manteve até 1960, ano em que, tal como se refere na nota introdutória ao Tomo II, se passa a considerar a população residente como população base do apuramento das diversas características. Refira-se que a população transeunte e ausente também foi recenseada, no mesmo dia, no lugar onde passava a noite, de modo a poder conseguir-se uma reconstituição do total da população.

Um dos problemas com que se debateram os recenseadores de 1864, tal como se dá conta na Introdução, foi o facto de no Portugal daquela época serem raras as casas que tinham número de polícia, o que se tornava um obstáculo à plena identificação dos fogos dificultando, portanto, a operação de distribuição dos boletins de família (Repartição de Estatística 1864: V).

O censo de 1878 não difere muito do anterior, a não ser na introdução do grau de instrução (sabem ler e escrever, sabem ler, não sabem ler nem escrever). Continuaram os problemas no apuramento das profissões, bem como a dificuldade em definir população rural e urbana, problema que também já vem do censo anterior. Também se releva na Introdução a dificuldade em apurar os súbditos portugueses ausentes, dificuldade que, segundo o referido, é comum a outros países e já se notou no recenseamento anterior (Repartição de Estatística 1878: VI).

Como já antes dissemos, o terceiro recenseamento ocorre só em 1890 para adequar a cronologia às recomendações do Congresso de Internacional Estatística de 1872. Os dados apurados foram publicados em três volumes, além de que, por parte das autoridades, é evidente uma maior preocupação pelo rigor desta operação censitária, nomeadamente seguindo as recomendações internacionais e baseando a recolha de dados em autoridades locais (Repartição de Estatística Geral 1890: XII e XIII). Reflexo desta preocupação é a introdução de instruções para a preenchimento do boletim de família e a alteração do momento censitário da noite de 31 de Dezembro para 1 de Janeiro (adoptado nos censos anteriores) para o 1 de Dezembro procurando, assim, evitar os constrangimentos provocados pelos movimentos populacionais que aconteciam no final do ano (Repartição de Estatística Geral 1890: XIV e XV). Outras inovações passaram pela indicação da naturalidade (local/país de nascimento), nacionalidade, embora a grande novidade seja o aparecimento de uma classificação segundo as profissões até ao nível do concelho. Também aparecem pela primeira vez, informações sobre deficiências (cegueira, surdo-mudez, idiotia, alienação mental) e sobre o número de famílias e a sua dimensão⁵.

Entre 1900 e 1930 não há grandes alterações quanto às características apuradas e metodologia utilizadas, relativamente ao censo de 1890. Destaque-se a introdução de apuramento de dados sobre religião (católicos, protestantes, ortodoxos, israelitas, maometanos e sem religião), em 1900. Em 1911, é incluído no estado civil a categoria de divorciado. 1920 marca, segundo Carrilho (1991) um avanço no que diz respeito à definição de conceito de profissão, uma vez que se associou a profissão principal, considerada a mais lucrativa para o recenseado. Embora em 1930, ainda continuasse a ser debatido o conceito, no apuramento de resultados não houve avanços.

5 Estas designações das deficiências mantêm-se até 1920. Depois, em 1930 e 1940 indicam-se os cegos, surdos-mudos e alienados, em 1950 e 1960, a população cega e surda-muda, a que se acrescenta, em 1970, as deficiências físico-motores. Entre 1981 e 1991 interrompe-se a contabilização da população com deficiências, indicação que é retomada em 2001 (auditiva, visual, motora, mental, paralisia cerebral, outra). Em 2011 propõe-se uma nova abordagem, por tipo de incapacidade, que decorre da aprovação da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF), pela organização Mundial de Saúde, e a sua aprovação para fins estatísticos em 2003 pelo Conselho Superior de Estatística.

O recenseamento de 1940 constituiu um ponto de viragem na história dos censos portugueses. Por um lado, porque foi o primeiro a ser efectuado pelo Instituto Nacional de Estatística (INE), organismo criado em 1935 e que configura a implementação de um verdadeiro Sistema Nacional de Estatística (Carrilho 1999; Pinto 1996).

“Pela lei 1911, de 23 de Maio de 1935, a Direcção Geral de Estatística cedeu o lugar ao Instituto Nacional de Estatística ao qual, nos termos da mesma lei, foram atribuídas as funções de notação, elaboração, publicação e comparação dos elementos estatísticos referentes aos aspectos da vida portuguesa que interessam à Nação, ao Estado ou à Ciência.” (INE 1940 Memória Descritiva: 14).

Por outro, porque no que diz respeito à apresentação dos dados publicaram-se, pela primeira vez volumes distritais (um por cada um dos 22 distritos do continente e ilhas), com elementos apurados ao nível do distrito, concelho, freguesias e lugares, além de um volume com dados nacionais, um relatório com os elementos apurados e uma memória descritiva dos trabalhos. Novidade foi também o facto de, pela primeira vez, um recenseamento ter adoptado o concelho como base e unidade territorial da sua realização e ser atribuída aos Presidentes das Câmaras Municipais a direcção das operações censitárias locais (INE 1940 Memória Descritiva: 17). Também se deram indicações mais precisas na determinação do momento censitário, 0 horas do dia 12 de Dezembro de 1940.

O INE desenvolveu uma vasta acção de propaganda⁶ em todos os meios de comunicação social, bem como através de cartazes e ainda no cinema, tendo adoptado como lema para passar a mensagem de ser um dever cívico todos participaram nesta operação estatística, a frase proferida por Oliveira Salazar num discurso em 1934, “*Somos mais, somos melhores*” (INE 1940 Memória Descritiva: 143). Naturalmente, os *slogans* utilizados inseriam-se no quadro ideológico do regime instaurado por Salazar, Estado Novo, apelando para os valores da Família, do Estado, do Trabalho e enaltecedo a grandeza do mundo português, coincidindo com a realização da Exposição do Mundo Português, uma das grandes iniciativas político-culturais do Estado Novo.

6 No capítulo 7 da *Memória Descritiva* podemos encontrar toda a descrição desta campanha publicitária, com exemplos de cartazes de divulgação (INE 1940 Memória Descritiva cap 7: pp. 143-159).

Também houve a preocupação de fazer acompanhar os boletins de instruções claras para o seu preenchimento, para além de orientações metodológicas, nomeadamente precisando os conceitos utilizados (INE 1940 Memória Descritiva: 39-60). Quanto ao conteúdo e dados apurados, o conceito de *Família* deixou de estar associado ao de *Fogo*, sendo definida como:

“o grupo de pessoas unidas por parentesco legítimo ou ilegítimo que residiam na mesma habitação e cujas refeições fossem normalmente preparadas e tomadas em comum ou a pessoa que residia sem quaisquer parentes ou habitação separada. Em ambos os casos consideraram-se como fazendo parte da família as pessoas que residiam com ela e cuja alimentação estivesse a cargo da família.” (INE 1940 Memória Descritiva: 9).

Outros conceitos novos inseridos foram o de *casal*, o de *convivência*, para além de se definirem critérios para a identificação do chefe de família. Quanto ao grau de instrução passou-se a distinguir o primário, secundário e superior e em cada grau apurou-se população que está a frequentar e a que completou o respectivo grau. Nas categorias socioeconómicas apresentou-se o conceito de população desempregada segundo o tempo de duração do desemprego, distinguiu-se o conceito de ramo de actividade e a profissão, meio de vida⁷ e cruzou-se a situação na profissão com o ramo de actividade. Decorrente do concelho ser a base de recolha dos dados foi apurado pela primeira vez, a nível do concelho, população idade a idade até aos 100 anos. Também se introduziram perguntas específicas para o sexo feminino, apurando-se as mulheres casadas, segundo as idades, a duração dos respectivos casamentos e o número de filhos havidos, desagregado por concelhos.

O recenseamento de 1950, publicado em 5 volumes, teve em conta, quanto aos apuramentos, as recomendações da ONU, além de serem “consideráveis os aperfeiçoamentos e acrescentamentos sobre o que se fez” em 1940 (INE 1950: Tomo I: 4). É o caso do recurso às perguntas fechadas, com o objectivo de facilitar a resposta ao questionário e respectivo apuramento, além da introdução de perguntas sobre

⁷ “O meio por que o recenseado provia normal e principalmente à sua subsistência e à das pessoas a seu cargo”. Foram considerados 10 meios de vida: a cargo do chefe de família, a cargo de outras pessoas, assistência, esmolas, pensão de acidente de trabalho, pensão de aposentação, pensão de invalidez, pensão de reforma, rendimentos próprios, trabalho. (INE. 1940 Memória Descritiva:9-10).

as condições de habitação da família cujos resultados foram publicadas num volume à parte (*Anexo*) porque “não fazendo parte do recenseamento, do qual estava excluído por razões de ordem formal, a sua estreita relação com ele é manifesta” (INE 1950: *Anexo*, p. 3). Novidade também é o conceito de *ocupação*, que “pode considerar-se inédito e que se destinou (...) a preencher uma deficiência tradicional dos inquéritos censitários” (INE 1950: Tomo I, 4), definido como o encargo, ou trabalho, habitualmente não remunerado, ou expediente de vida susceptível de proveito material (INE 1950: Tomo I, 11), sendo que a população com ocupação faz parte da população activa. A população desempregada teve um tratamento aprofundado de modo a possibilitar um conhecimento alargado das suas características (caso do tempo de duração do desemprego, sexo, profissão, classe de actividade, número de chefes de família e as pessoas a seu cargo). Registe-se ainda o facto de, ao contrário do que tinha acontecido no censo anterior, apenas a idade por grupos quinquenais surgir desagregada por províncias/distritos/concelhos. A informação idade a idade é divulgada, mas só para o conjunto do país, ainda que o seu apuramento tenha sido feito (Nota Introdutória do Tomo II).

Outro recenseamento que constituiu uma viragem face aos anteriores foi o X Recenseamento Geral da População, realizado em 1960, e que tem sido apontado como um dos recenseamentos portugueses com maior qualidade (Carrilho 1991: 16). É a partir deste censo que a *população residente* passa a ser, como anteriormente referimos, a base do apuramento das características observadas, opção justificada não só pelas “recomendações internacionais mas de maior adequação dessa população aos fins práticos da utilização dos dados apurados” (INE 1960: Tomo II, V). Por outro lado, também pela primeira vez, são publicados dados retrospectivos desde 1864.

Outras alterações a salientar dizem respeito aos movimentos da população. Assim, a introdução de uma pergunta sobre a freguesia de residência anterior a 15/12/1959 permitiu a recolha de informação importante para o estudo dos fluxos migratórios. Também quanto ao grau de instrução, as categorias “pessoas possuindo um ensino”, “pessoas frequentando um ensino”, “pessoas que sabiam ler sem frequentar nem possuir um grau de ensino” e “pessoas que não sabiam ler” passaram a ser utilizadas, caindo a designação de analfabetos.

Por outro lado, surgem alterações, ou novos conceitos, relativos à actividade: diminuição de 12 (censo de 1950) para 10 da idade limite

inferior a partir da qual foram considerados as condições perante o trabalho; alterações quanto aos conceitos de população activa e inactiva; introdução da classificação da população segundo as condições socioeconómicas (ou seja, relação entre a profissão, situação da profissão, ramo de actividade, meio de vida, idade e instrução indicada pelos recenseados). Para melhor percepcionar as alterações relativas às condições perante o trabalho, grupos de profissões, situação na profissão, actividades, ocupações e meio de vida, é apresentado um quadro de correspondência entre as classificações de 1950 e 1960 (INE 1960: Tomo V, V-XII).

Também se inseriu uma tipologia das famílias: casal sem filhos, casal com filhos sem outros parentes, casal com filhos e outros parentes, pessoas com filhos sem outros parentes, pessoas com filhos e outros parentes, outras pessoas, pessoa isolada (INE 1960: Tomo II, X).

Em 1970, em simultâneo com o recenseamento da população realizou-se pela primeira vez o recenseamento da habitação, para o que foram criados questionários de edifícios e de alojamento. Problemas de várias ordem impediram a divulgação dos resultados definitivos, tendo-se optado pela publicação de estimativas a 20%, além dos dados preliminares a 5%. Apesar destes constrangimentos que condicionaram a qualidade (Carrilho, 1991: 16) e tipo da informação publicada, o principal, ou seja, população presente e residente (até ao nível da freguesia), estruturas populacionais (até ao concelho), composição das famílias (criando-se o conceito de *núcleo familiar*) e população activa (população empregada, desempregada e a cumprir serviço militar obrigatório) foi publicado.

No XII Recenseamento Geral da População (1981) foi utilizado, pela primeira vez, um questionário para cada unidade estatística observada: *Indivíduo, Família e Colectivo* (convivências), que se destinam a observar as características relativas à população, e questionários de *Edifício* e de *Alojamento*, com o objectivo de obter as características relativas ao parque habitacional. Utilizou-se apoio cartográfico, a nível do país, como suporte de recolha da informação, o que facilitou o planeamento das operações de campo, a fácil localização dos edifícios, dos limites administrativos e um controle mais eficaz (INE 1981: 41). O apuramento dos resultados destes questionários foi publicado em volumes distritais, tal como já tinha acontecido em 1940, um para cada região autónoma e um volume para os dados globais do país. Todavia, razões de ordem financeira condicionaram os

volumes distritais elaborados a partir de Novembro de 1983 que, tal como é referido na introdução do volume do distrito de Castelo Branco, “sofreram uma redução do número de páginas à custa da eliminação da ventilação por dimensão de aglomerados nos quadros em que este foi previsto” (INE 1981 Distrito de Castelo Branco:IX). Estes dados são, no entanto, disponibilizados pelo Instituto a todos os interessados que assim o solicitarem. Os volumes elaborados depois de Novembro de 1983, para além do de Castelo Branco, foram os correspondentes aos distritos de Setúbal, Viseu, Lisboa, Porto, Coimbra, Açores, Madeira e o que diz respeito ao total do país.

Uma das novidades deste recenseamento foi a publicação de um manual informativo e explicativo sobre as diferentes fases dos trabalhos e aspectos técnicos mais relevantes relativos ao processo, execução e elaboração dos resultados⁸. Estes aspectos foram sistematizados segundo quatro temáticas: aspectos gerais e históricos dos censos, aspectos técnicos sobre a preparação da operação e execução da recolha de informação, sistema de tratamento da informação e nomenclatura e códigos utilizados.

Outras alterações registaram-se ao nível do conteúdo, nomeadamente, ao se recensearem apenas os edifícios total ou parcialmente residenciais, ou a introdução do registo das deslocações pendulares (só para a população presente), isto é, do e para o trabalho, ou estudo, e meio de transporte utilizado na deslocação. Importante é, igualmente, a inclusão de dados respeitantes à residência anterior, sobretudo quando se pretende estudar as migrações, e cujo apuramento foi feito em dois momentos, 31 de Dezembro de 1973 e 31 de Dezembro de 1979. De notar também o registo da população residente por dimensão de lugares. Saliente-se ainda que este recenseamento foi o primeiro a apresentar informação sobre o ano de nascimento da população, de fundamental importância para as análises longitudinais. A nível conceptual (INE 1981: 45-49) foi alterado o conceito de *lugar*, que foi restringido, sendo apenas aplicado a aglomerados populacionais com

8 “A razão principal da elaboração dum volume desta natureza reside, pois, no facto de se colocar à disposição dos utilizadores algo mais do que as habituais notas explicativas e técnicas e conceitos, sem perder a noção de que se torna mais útil, para o público e menos dispendioso para o INE concentrar todas as matérias num só volume do que dispersá-las ou repeti-las de forma sintética em todos os volumes com os resultados distritais.” (INE 1981:5).

um número mínimo de dez alojamentos. Surgiram também novas variáveis derivadas, caso dos grupos socioeconómicos e o tipo de família com base na estrutura etária.

Relativamente à unidade estatística *Indivíduo*, as variáveis a observar dizem respeito à situação perante a residência, sexo, data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, nível de instrução, religião, qualificação académica, residência em 31 de Dezembro de 1973 e de 1979, situação socioeconómica, condição perante o trabalho (com e sem actividade económica), situação na profissão, principal meio de vida, ramo da actividade económica, população activa desempregada, local de trabalho e estudo e principal meio de transporte utilizado nas deslocações residência/trabalho/escola; para as mulheres registou-se o número de filhos nascidos vivos, idade ao primeiro casamento e número de anos de casamento.

Para o XIII Recenseamento Geral da População e III Recenseamento Geral da Habitação, a data da referência temporal foi o momento censitário definida para o dia 15 de Abril de 1991. O plano de apuramento foi concebido tendo em conta a satisfação das “necessidades dos utilizadores para a década de 90, nomeadamente a nível regional e local”, a manutenção da estrutura comparativa com os recenseamentos anteriores, sobretudo com o de 1981 e “dar resposta aos compromissos internacionais, nomeadamente com a CEE e a ONU” (INE 1995: 23).

O conteúdo programática dos Censos-91 foi, assim, definido segundo cinco unidades estatísticas (edifício, alojamento, família clássica, família institucional e indivíduo) e para a recolha dos dados base para a sua caracterização foram concebidos seis modelos de questionário (um para cada unidade estatística e o sexto para o colectivo). Notemos a introdução de uma nova unidade estatística, a *família institucional*, relativamente ao censo anterior⁹. A estrutura geográfica deste apuramento também é substancialmente diferente dos censos anteriores, pois foi adoptada a nomenclatura das unidades territoriais para fins estatísticos (NUTS), no cumprimento de normas resultantes da adesão de Portugal à Comunidade Económica Europeia.

9 «Conjunto de indivíduos residentes num alojamento colectivo que, independentemente da relação de parentesco entre si, observam uma disciplina comum, são beneficiários dos objectivos de uma instituição e são governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo.» (INE, 1995: 46).

Os resultados finais foram apresentados em oito publicações, uma para cada uma das NUTS II (Norte, Centro, Lisboa e Vale do Tejo, Alentejo, Algarve, Região Autónoma da Madeira e Região Autónoma dos Açores) e outra para o total nacional. Embora se tenha seguido uma metodologia idêntica ao censo de 1981, desenvolveram-se alguns aspectos, como seja, e na sequência da experiência já adquirida com a utilização de meios cartográficos para fins estatísticos, uma nova base cartográfica, designada por Base Geográfica de Referenciação Espacial.

No que diz respeito às variáveis e aos conceitos, distinguiu-se a *família clássica* de *família institucional*¹⁰ (INE 1995: 41-55) e alargou-se a tipificação das famílias clássicas de um só núcleo¹¹. Também o estado civil é definido numa perspectiva de “*situação de facto*”, o que vai permitir uma melhor percepção da componente relacionada com as famílias. Quanto à naturalidade é referida ao local de residência da mãe à data do nascimento, de modo a evitar que os concelhos que dispõem de maternidades concentrem as naturalidades dos indivíduos que só ali nasceram por força das infra-estruturas aí existentes. Diferenciou-se desemprego em sentido lato e em sentido restrito, isto é, entre os desempregados que fizeram diligências para encontrar emprego e os que não fizeram. Nas deslocações pendulares acrescentou-se a duração do trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo. Introduziu-se também uma questão sobre o número de trabalhadores na empresa, organismo ou exploração onde o indivíduo exerce a sua profissão, o que vai permitir a elaboração da variável “*grupo socioeconómico*”, quando cruzada com profissão e situação aí verificada.

Estas alterações do conteúdo do programa dos Censos-91 (Casimiro 1991; INE 1991) relativamente a censos anteriores, revelam a preocupação em adaptar a recolha à realidade portuguesa, mas também às recomendações internacionais. Daí que as variáveis observadas para a unidade estatística primária *Indivíduo* incorporem estas alterações e ajustamentos, podendo ser sistematizadas assim: sexo, idade e data de nascimento, estado civil, naturalidade, nacionalidade, religião, situação perante a residência, nível de instrução e frequência

10 Sobre a definição destes e dos outros conceitos utilizados ver INE, 1991: 41-55.

11 Foram acrescentados os avós com netos solteiros e o avô ou avó com netos solteiros.

de ensino, curso (médio, superior ou profissional), residência em 31/1/1985 e em 31/1/1989, local de trabalho ou estudo, principal meio de transporte utilizado no trajecto entre a residência e o local de trabalho/estudo e duração do mesmo, principal meio de vida, situação perante a actividade económica (trabalho, desemprego em sentido restrito e lato, inactividade), ramo da actividade económica, dimensão da empresa; para o sexo feminino apurou-se também as datas do primeiro e último casamento e o número de filhos nascidos vivos.

No sentido de testar a fiabilidade dos dados recolhidos, realizou-se um “Inquérito de Qualidade”, a partir de uma amostra areolar, de forma a verificar-se o grau de cobertura obtido pelo recenseamento (INE 1995: 61-63:).

Em 2001, realiza-se o XIV Recenseamento que teve um desenho muito semelhante ao anterior, embora com melhorias tecnológicas visíveis ao nível da recolha, tratamento e qualidade dos dados (organização e controlo da recolha de dados; leitura óptica dos questionários; reconhecimento automático de caracteres; codificação automática das respostas com descritivos (INE 2003:33)). Para apoiar a recolha e disseminação dos dados foi utilizada a Base Geográfica de Referenciação da Informação (BGRI) tendo-se dividido a área em estudo de cada freguesia em secções e subsecções estatísticas utilizando a cartografia digital para fazer a divisão do território (INE 2003: 15-16). Saliente-se também o facto de, pela primeira vez, por causa da crescente presença de imigrantes provenientes da Europa de leste, os questionários terem sido traduzidos para russo. Relativamente às variáveis e aos conceitos, na unidade estatística *Individuo*, foram incluídas as variáveis “Tipo de deficiência” e “Grau de incapacidade”, para além da alteração da idade na observação das variáveis económicas, para 15 ou mais anos e excluídas as variáveis “Duração do casamento” e “Número de filhos nascidos vivos”.

Também as tipologias das famílias clássicas foram melhoradas em função da composição, idade e condição perante a actividade económica dos seus membros e quanto aos núcleos familiares, fez-se a distinção entre os núcleos familiares reconstituídos (isto é, aqueles que consistem num casal “de direito” ou “de facto” com filho(s) não comuns) e os não reconstituídos (INE 2003: 35, 60). Na variável *nível ensino* separou-se “Bacharelato”, “Licenciatura”, “Mestrado” e “Doutoramento” e nas variáveis económicas alterou-se a idade de observação para população com 15 ou mais anos (INE 2003: 35).

Os Censos 2011, cujo momento censitário se fixou no dia 21 de Março 2011, é o último recenseamento realizado, não só porque é o mais recente mas, também, porque provavelmente será o último que se realiza nestes moldes mais clássicos. Este censo segue também uma linha de inovação tecnológica, caso de uma das principais inovações, o e-Censos, que consistiu em disponibilizar a possibilidade de resposta pela Internet, à semelhança do que já acontece em outros países. Registe-se que cerca de 50% da população respondeu através deste meio. De modo a adequar as unidades estatísticas do censo (indivíduos, famílias, núcleos familiares, alojamentos e edifícios) e a “garantir a pertinência e a qualidade da informação recolhida de acordo com as transformações da sociedade e responder às novas exigências da legislação comunitária numa perspectiva de continuidade da série censitária, sempre que tal seja possível” (INE 2010: 37) fizeram-se alguns ajustamentos, melhorando e incluindo novos conceitos.

Quanto ao *Indivíduo* foram incluídas novas variáveis sobre a residência anterior no estrangeiro, ano de chegada a Portugal e país de proveniência com o objectivo de quantificar os fluxos migratórios que têm como destino Portugal. Também se procurou medir a duração da “residência no país dos migrantes internacionais” (INE 2010: 115). Esta informação é de grande importância para melhor conhecer os contornos do fenómeno imigratório em Portugal, tendo presente a sua importância na dinâmica da população portuguesa do princípio do século XXI. Mantiveram-se as perguntas sobre o local de residência 1 e 5 anos antes, tal como acontecia nos censos anteriores, embora se tenha incluído uma nova modalidade que permite identificar as pessoas que não alteraram a sua residência (INE 2010: 114). Relativamente ao estado civil passou a ser considerado o legal, devido à determinação do Regulamento (CE) nº 763/2008 do Parlamento Europeu e do Conselho (antes prevalecia a situação de facto). Inseriu-se a variável “união de facto”, pela primeira vez de forma autónoma, pois em 1991 e 2001 aparecia associada ao estado civil. Por outro lado, o conceito foi alargado às uniões consensuais de casais do mesmo sexo (INE 2010: 110), de forma a adaptar-se às novas realidades das conjugalidades e das relações familiares que actualmente caracterizam a sociedade portuguesa. As variáveis sobre a deficiência foram substituídas pelo tipo de incapacidade.

As variáveis sobre os movimentos pendulares (local de trabalho ou estudo e principal meio de transporte) foram reformuladas e foi introduzida uma variável sobre utilização de um segundo meio

de transporte nestas deslocações casa/local de trabalho-estudo. O conhecimento da residência em 31 de Dezembro de 2009 e em 1 de Dezembro de 2005 é fundamental para traçar o perfil das migrações, tanto dos movimentos dentro do território nacional, como externas. Foi ainda incluída uma nova modalidade que permite identificar as pessoas que não alteraram a sua residência, permitindo assim obter dados sobre a dinâmica do mercado habitacional (INE 2010: 114-115).

O conceito de *Família* foi alvo de reformulação, nomeadamente no que diz respeito à relação de parentesco com o representante da família clássica e o tipo de família clássica com base no número de núcleos familiares (INE 2010: 87). Quando comparado com os recenseamentos anteriores o conceito de *núcleo familiar* sofreu alterações passando a estar restrito às situações de casal de direito ou de facto com ou sem filhos e pai ou mãe com filhos. Por outro lado, a situação de filho no núcleo familiar aplica-se “às pessoas que, independentemente da idade e do estado civil, habitem com pelo menos um dos pais, e não tenham cônjuge, parceiro em união de facto ou filhos a viver no mesmo alojamento” (INE 2010: 87). Também os filhos de apenas um dos cônjuges, ou parceiros em união de facto, são integrados no núcleo familiar, bem como os filhos adoptados, por um ou pelos dois. Com a entrada em vigor da Lei 9/2010, de 31 de Maio, que permite o casamento entre pessoas do mesmo sexo houve necessidade de fazer ajustamentos à tipologia de núcleo familiar, de modo a incluir as relações familiares que decorrem de casamentos entre pessoas do mesmo sexo.

2. EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO PORTUGUESA ENTRE 1991 E 2001

Um ano passado sobre a realização do censo de 2011 encontram-se disponíveis os primeiros apuramentos de dados relativos aos Resultados Preliminares e aos Resultados Provisórios. Dos Resultados Preliminares, obteve-se informação relativa ao, total de população residente e presente, total de famílias, total de alojamentos e edifícios, com uma desagregação até ao nível da freguesia. Assim, foi possível confirmar o crescimento da população residente, o aumento das famílias dos alojamentos e edifícios.

Os resultados provisórios acrescentaram informação quanto à população residente com a inclusão da população por grandes grupos

etários, estado civil e nível de instrução; quanto às famílias com a distinção entre famílias clássicas e institucionais; quanto à habitação com a distinção das características dos edifícios e alojamentos.

Embora não tenhamos, ainda, os dados que nos permitam clarificar a explicação das continuidades e contrastes da evolução da população portuguesa podemos já dispor de algumas perspectivas e conhecer alguns dos efeitos das mudanças das dinâmicas populacionais. Trata-se ainda de uma perspectiva abrangente, delimitada pelas grandes linhas de evolução, mas que permitem antever o que de novo emerge, os principais contrastes e descontinuidades da evolução populacional que se declararam e afirmaram, os desafios que se esboçam.

2.1. Aspectos globais da Evolução da população portuguesa

Desde 1991 que se registou um aumento do volume da população portuguesa. No entanto, comparativamente, foi entre 1991 e 2001 que o crescimento foi mais intenso. Assim, por cada 100 residentes houve um acréscimo de quase 5, enquanto no período seguinte, 2001/2011, esse acréscimo não chegou a atingir dos 2 residentes por cada 100.

Contudo, este crescimento não foi uniforme em todas NUTS II. Globalmente, de 1991 para 2001, quase todas as NUTS registaram um aumento da população residente, com excepção do Alentejo e da Região Autónoma da Madeira onde se verificaram perdas populacionais que rondaram os -0.73%, quase 1 habitante por cada 100 no Alentejo, e os -3.32%, cerca de 3 habitantes por cada 100, na Região Autónoma da Madeira. De 2001 para 2011 foram as NUTS do Centro e, novamente, o Alentejo que registaram perdas populacionais na ordem dos -0.89%, quase 1 residente por cada 100, e -2.5%, quase 3 habitantes por cada 100, respectivamente.

Foi na NUTS II do Algarve onde, neste período, se verificou o aumento mais expressivo rondando os cerca de 15.76% de 1991 para 2001, e 14.12% de 2001 para 2011.

Se de 1991 para 2001 no Norte o acréscimo populacional surge como o segundo mais significativo, no período seguinte, de 2001 para 2011, é a região Autónoma da Madeira que apresenta o maior crescimento populacional, a seguir ao Algarve. Lisboa regista nos momentos censitários acréscimos significativos, bem superiores ao

da média nacional, cerca de 5.60% de 1991 para 2001, aumentando ligeiramente, de 2001 para 2011, para os 6.01%. De 1991 para 2001, o Centro e a Região Autónoma dos Açores são as NUTS com os crescimentos populacionais mais ténues, inferiores à média nacional, na ordem dos 3.97% e 1.67% respectivamente. Já de 2001 para 2011 a Região Autónoma dos Açores apresenta um crescimento ligeiramente superior ao da década anterior, de cerca de 2.06%, acréscimo esse ligeiramente superior, também, ao registado no país. No Norte ainda que a população tenha aumentado, esse aumento foi, no entanto, muito pouco expressivo, quase próximo de zero, de 0.06%.

QUADRO 1
Evolução da População Residente 1991-2001 e 2001-2011

Portugal e NUTS II	População Residente			Variação 1991-2001 (nº)	Variação 2001/2011 (nº)	Variação 1991/2001 (%)	Variação 2001/2011 (%)
	1991	2001	2011				
Portugal	9867147	10356117	10561614	488970	205497	4,96	1,98
Continente	9375926	9869343	10047083	493417	177740	5,26	1,80
Norte	3472715	3687293	3689609	214578	2316	6,18	0,06
Centro	2258768	2348397	2327580	89629	-20817	3,97	-0,89
Lisboa	2520708	2661850	2821699	141142	159849	5,60	6,01
Alentejo	782331	776585	757190	-5746	-19395	-0,73	-2,50
Algarve	341404	395218	451005	53814	55787	15,76	14,12
Região Aut. dos Açores	237795	241763	246746	3968	4983	1,67	2,06
Região Aut. da Madeira	253426	245011	267785	-8415	22774	-3,32	9,30

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001, Resultados Provisórios 2011.

Considerando a evolução e variação populacional segundo as NUTS III, de 1991 para 2011, afirmou-se a ruptura litoral interior.

Importa no entanto salientar que nesta agregação dicotómica litoral/interior estão agregadas, regiões, NUTS III, que localizadas no litoral apresentam, no entanto, padrões, características e, mesmo, continuidades com NUTS envolventes do interior o que leva a que sejam consideradas no conjunto interior. Tal acontece com o Minho-Lima e o Alentejo Litoral. As Regiões Autónomas são apresentadas formando um terceiro conjunto devido às suas particularidades geográficas, administrativas e demográficas.¹²

12 O litoral compreende as 14 NUTS III que apresentam globalmente maior dinamismo demográfico: Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, Baixo

Assim, na primeira das décadas em análise, em 10 das 30 NUTS III o crescimento foi superior ao registado no País (4.96%): Algarve, Pinhal Litoral, Península Setúbal, Cávado, Baixo Vouga, Entre Douro e Vouga, Ave, Tâmega, Grande Porto e Oeste. Outras 10 NUTS III registaram crescimento positivo, menor que a média nacional: Grande Lisboa, Baixo Mondego, Lezíria Tejo, Médio Tejo, Região Autónoma dos Açores, Alentejo Litoral, Dão-Lafões, Cova da Beira, Alentejo Central, Minho-Lima. No entanto, convém ressaltar a diversidade que este conjunto de NUTS III comprehende, uma vez que o crescimento varia dos 3.55% da Grande Lisboa aos 0.08% registados no Minho-Lima. Foram também 10 as NUTS III que registaram perdas populacionais: Pinhal Interior Norte, Beira Interior Norte, Região Autónoma da Madeira, Beira Interior Sul, Alto Trás-os-Montes, Baixo Alentejo, Alto Alentejo, Douro, Serra da Estrela e Pinhal Interior Sul. Importa igualmente distinguir as diferenças em termos de perdas populacionais, uma vez que representam distintas intensidades, dos -0.68% no Pinhal Interior Norte até aos -11.84% no Pinhal Interior Sul, como se apresenta no QUADRO 2.

QUADRO 2
Evolução da População Residente 1991-2001 e 2001 -2011 por NUTS III

NUTS III	1991	2001	2011	Variação 1991-2001 (%)	Variação 2001-2011 (%)
Minho-Lima	250188	250387	244836	0.08	-2,22
Douro	238754	221979	205902	-7.03	-7,24
Alto Trás-os-Montes	235436	223574	204381	-5.04	-8,58
Pinhal Interior Norte	139644	138690	131371	-0.68	-5,28
Dão-Lafões	282570	286404	277216	1.36	-3,21
Pinhal Interior Sul	50935	44903	40705	-11.84	-9,35
Serra da Estrela	54120	49974	43737	-7.66	-12,48
Beira Interior Norte	118673	115459	104403	-2.71	-9,58
Beira Interior Sul	81171	78238	75026	-3.61	-4,11
Cova da Beira	93166	93652	87869	0.52	-6,17

Vouga, Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Algarve. O interior as 14 NUTS com menor dinamismo demográfico: Minho-Lima, Douro, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central e Baixo Alentejo. As Regiões Autónomas reportam-se aos Açores e Madeira.

QUADRO 2 (Continuação)*Evolução da População Residente 1991-2001 e 2001 -2011 por NUTS III*

<i>NUTS III</i>	1991	2001	2011	<i>Variação 1991-2001 (%)</i>	<i>Variação 2001-2011 (%)</i>
Alentejo Litoral	98632	100069	97895	1.46	-2,17
Alto Alentejo	134819	127213	118352	-5.64	-6,97
Alentejo Central	173376	173767	166802	0.23	-4,01
Baixo Alentejo	143269	135285	126692	-5.57	-6,35
<hr/>					
Cávado	352604	392644	410149	11.36	4,46
Ave	465119	509491	511737	9.54	0,44
Grande Porto	1166465	1259992	1287276	8.02	2,17
Tâmega	508133	550767	550469	8.39	-0,05
Entre Douro e Vouga	251945	276625	274859	9.80	-0,64
Baixo Vouga	350217	385636	390840	10.11	1,35
Baixo Mondego	328948	340420	332306	3.49	-2,38
Pinhal Litoral	222930	250898	260924	12.55	4,00
Oeste	315768	338796	362523	7.29	7,00
Grande Lisboa	1880218	1946473	2042326	3.55	4,92
Península Setúbal	640181	714235	779373	11.57	9,12
Médio Tejo	221618	226235	220660	2.08	-2,46
Lezíria Tejo	233163	240944	247449	3.34	2,70
Algarve	341513	395293	451005	15.75	14,09
<hr/>					
Região Autónoma dos Açores	237795	241763	246746	1,67	2,06
Região Autónoma da Madeira	253426	245011	267785	-3,32	9,30
<hr/>					
Portugal	9867147	10356117	10561614	4,96	1,98

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001, Resultados Provisórios 2011

De 2001 para 2011, são novamente em número de 10 as NUTS III que registam um crescimento mais elevado que o observado no País: Algarve, Região Autónoma da Madeira, Península Setúbal, Oeste, Grande Lisboa, Cávado, Pinhal Litoral, Lezíria Tejo, Grande Porto, das quais, 6, tinham sido também, na década anterior, das que registaram crescimentos mais intensos. O Baixo Vouga e Ave, assinalaram um crescimento positivo, menor que o nacional, afastando-se da tendência anterior em que se posicionavam entre as NUTS III de maior crescimento. Nas restantes 18 NUTS III houve uma perda de população que oscila entre os -0.05% do Tâmega e os -12.48% da Serra da Estrela.

Em síntese de 1991 para 2011 permanece e acentua-se a ruptura litoral/interior paralelamente a um abrandamento do ritmo de crescimento. São as NUTS do interior que registam entre 1991-2001 e 2001-2011 menor crescimento bem como as que registam maiores perdas populacionais entre recenseamentos.

As Regiões Autónomas têm especificidades e particularidades que são inerentes às suas características. Porém, se entre 1991-2001 mostraram um menor crescimento que o verificado no País, tendo mesmo a Madeira registado uma perda significativa de habitantes, mais de 3 por cada 100 residentes, entre 2001 -2011 o crescimento foi, nas duas Regiões Autónomas, mais intenso tendo a Madeira ultrapassado os 9 habitantes por cada 100.

Quanto à evolução da população interessa também reflectir sobre o impacto do crescimento migratório no crescimento global. Crescimento migratório que conjuga os efeitos da emigração, imigração e migrações internas (QUADRO Nº 6 - ANEXO). De facto, de 1991 para 2001 todas as NUTS III que se integram o conjunto do interior (Minho-Lima, Douro, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Norte, Dão-Lafões, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, Beira Interior Norte, Beira Interior Sul, Cova da Beira, Alentejo Litoral, Alto Alentejo, Alentejo Central, Baixo Alentejo), apresentaram uma taxa de crescimento natural negativa, que foi compensada pela taxa de crescimento migratório. Em 5 NUTS III, o efeito do crescimento migratório possibilitou que o crescimento efectivo fosse positivo, ainda que em alguns casos bastante ténue (Minho-Lima, Dão-Lafões, Cova da Beira, Alentejo Litoral e Alentejo Central). Em 6 NUTS III do litoral (Baixo Mondego, Pinhal Litoral, Oeste, Médio Tejo, Lezíria do Tejo e Algarve) a taxa de crescimento natural foi negativa, porém, foi também largamente compensada, de que é um claro exemplo o Algarve, pela taxa de crescimento migratório. As Regiões Autónomas apresentavam uma taxa de crescimento natural mais intensa que a registada no país, no entanto, em ambas a taxa de crescimento migratório foi negativo, embora particularmente mais intensa na Região Autónoma da Madeira. Neste período, considerando a taxa de crescimento migratório, só nas NUTS III interiores: Douro, Alto Trás-os-Montes, Pinhal Interior Sul, Serra da Estrela, além das Regiões Autónomas, este indicador foi negativo, traduzindo a repulsão populacional e o despovoamento que lhe está associado. Pode ainda ressaltar-se que as maiores perdas populacionais, neste período, ocorrem exactamente nestas NUTS III interiores em que se associou a perda da dinâmica natural e migratória.

De 2001 para 2011 este processo intensifica-se. As 14 NUTS III do interior perderam população, em todas a taxa de crescimento natural é negativa, e em 6 (Douro, Alto Trás-os-Montes, Dão-Lafões, Serra da Estrela, Beira Interior Norte e Cova da Beira) a taxa de crescimento migratório também é negativa. Mas mesmo nas NUTS em que se registou alguma atracção, esta não foi suficiente para atenuar a perda de dinamismo natural.

As NUTS litorais, relativamente ao período anterior, tal como já se referiu, apresentaram um menor ritmo de crescimento, tendo-se em 4 (Baixo Mondego, Oeste, Médio Tejo e Lezíria do Tejo) verificado uma taxa de crescimento natural negativa. Contudo no Oeste e Lezíria do Tejo a taxa de crescimento migratório permitiu compensar a perda populacional de forma que o crescimento efectivo foi positivo.

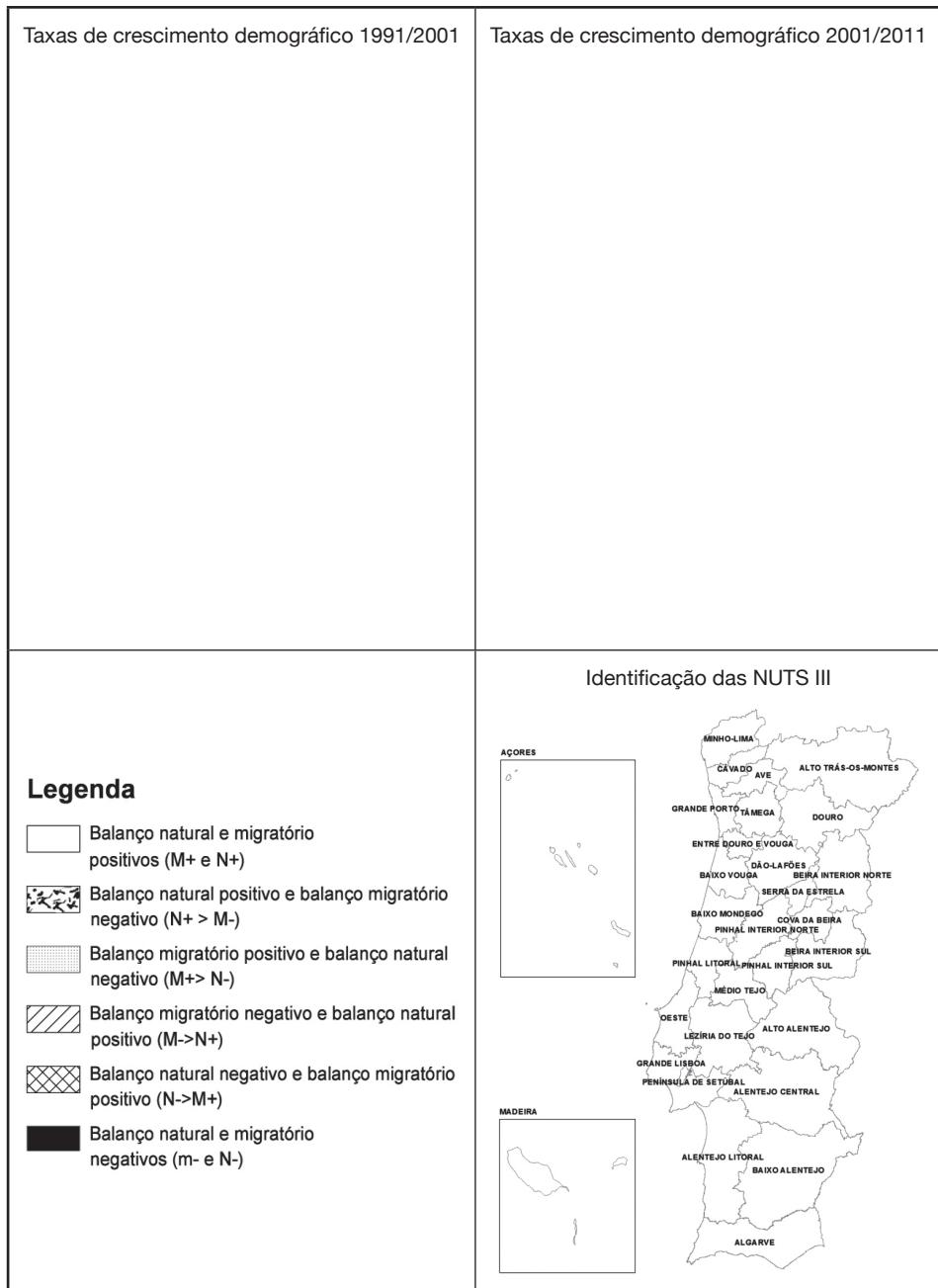
De salientar ainda o efeito contrário registado no Tâmega e Entre Douro e Vouga, em que a perda provocada pelo crescimento migratório acabou por diluir o crescimento natural, reflectindo um crescimento efectivo negativo. No Ave e Grande Porto a taxa de crescimento natural ainda permitiu amortecer as perdas provocadas pelas migrações. Nas Regiões Autónomas o crescimento natural mantém-se a ritmos mais elevados que a média nacional, todavia, inferiores aos de 1991/2001, na Região Autónoma dos Açores a taxa de crescimento migratório contínua negativa, porém menos intensa que a registada entre 1991 e 2001. A Região Autónoma da Madeira mantém uma taxa de crescimento migratório intensa no contexto nacional.

Na FIGURA 1 apresenta-se uma síntese da expressão e conjugação das dinâmicas naturais e migratórias, assim como o seu efeito no crescimento populacional. É, bem clara, a dicotomia litoral/interior. Porém, ainda que ténues e diluídos são perceptíveis alguns dos traços que, de alguma forma, permaneceram associados a regiões na base da tradicional dicotomia norte/sul.

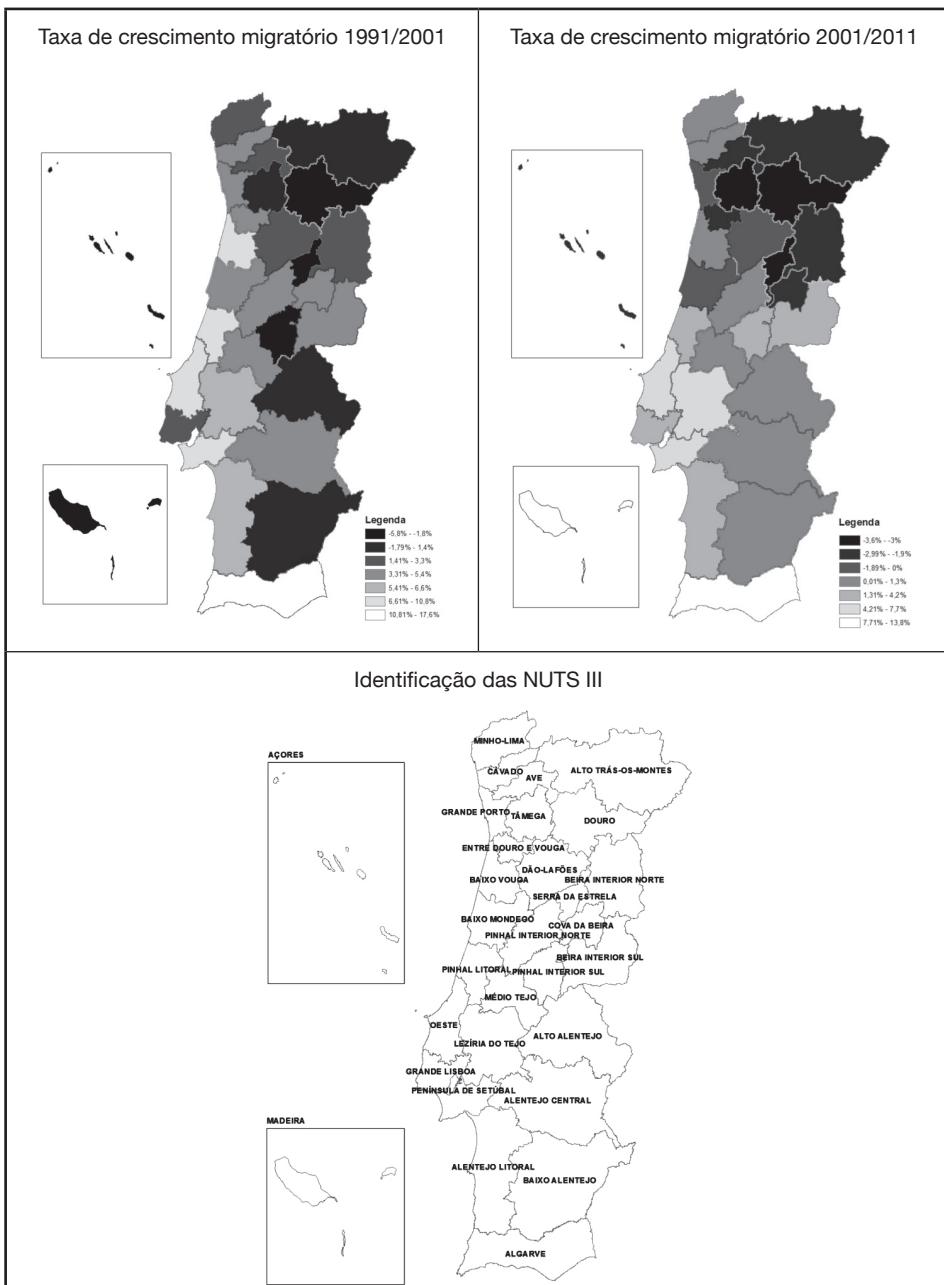
De 1991 para 2001 são as NUTS do norte litoral: Cávado, Ave, Grande Porto, Tâmega, Entre Douro e Vouga, do centro litoral: Baixo Vouga, Pinhal Litoral até à Grande Lisboa e Península de Setúbal que registam o crescimento (natural e migratório) mais intenso. Na deslocação no sentido litoral – interior assiste-se a uma diminuição da intensidade de crescimento verificando-se perdas populacionais.

FIGURA 1

Taxas de crescimento demográfico nas 30 NUTS III portuguesas



Fonte (DEMOSPIN 2012) Projecto de Investigação PTDC/CS-DEM/100530/2008.

FIGURA 2*Taxas de crescimento migratório nas 30 NUTS III portuguesas*

Fonte (DEMOSPIN 2012) Projecto de Investigação PTDC/CS-DEM/100530/2008.

De 2001 para 2011 é evidente, no interior norte, o alastrar, para sul, da perda de dinamismo demográfico, assim como ao longo do centro/sul. A inversão regista-se no Algarve devido à atracção populacional que tem vindo a exercer, partindo da dinâmica migratória que acabou por influenciar a dinâmica natural. No norte litoral a dinâmica natural vai abrandando, mas é na linha litoral que permanece a maior atracção populacional. Progressivamente o interior alastrá até ao litoral, expressando progressivamente a baixa dinâmica populacional que transparece nas NUTS litorais na continuidade/prolongamento do interior.

Assim a evolução do crescimento migratório mostra uma tendência para abrandar bem como para se tornar menos diversificado/mais concentrado. O padrão de distribuição apresenta uma reconfiguração, passando da concentração no litoral, ao longo da faixa litoral, para outra que, ainda que permaneça litoral se concentra no centro e sul traduzindo a perda de capacidade de atracção do norte.

2.2. Evolução das Estruturas populacionais

Ao nível das estruturas populacionais os Dados Provisórios do Censo de 2011 vieram confirmar o duplo envelhecimento populacional. Foi um processo intenso e rápido em que se repercutem as características da evolução da população, como se pode ver no QUADRO Nº 3. A proporção de jovens diminui e paralelamente a proporção de idosos aumenta, tendo-se em 2001 equiparado a proporção dos dois grupos funcionais. Em 2011 a diferença acentuou-se. Se em 1991 por cada 100 jovens havia 68 idosos, em 2011 esse valor quase que duplica atingindo os cerca de 129 idosos por cada 100 jovens.

QUADRO 3
Evolução dos Grupos Funcionais entre 1991 e 2011 (%)

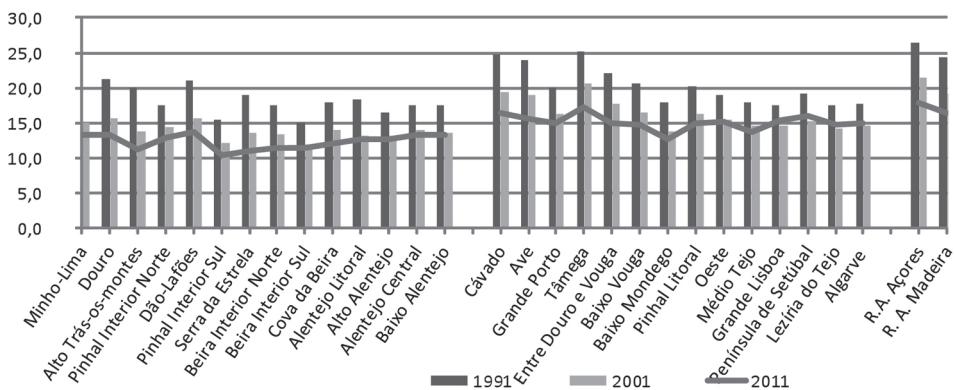
Recenseamento	Proporção de Jovens	Proporção de População em Idade Activa	Proporção de Idosos	Índice de Envelhecimento
1991	20,0	66,4	13,6	68,1
2001	16,0	67,4	16,4	102,2
2011	14,9	66,0	19,1	128,6

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001, Resultados Provisórios 2011.

Embora o envelhecimento seja um processo transversal a todas as regiões do país é particularmente intenso nas regiões do interior, como se pode ver no FIGURA 3. Continuamente a população com menos de 15 anos foi diminuindo de tal forma que em 2011 se registam os níveis mais baixos deste indicador em todas as regiões.

FIGURA 3

Evolução da proporção de jovens segundo as NUTS III de 1991 a 2011 (%)

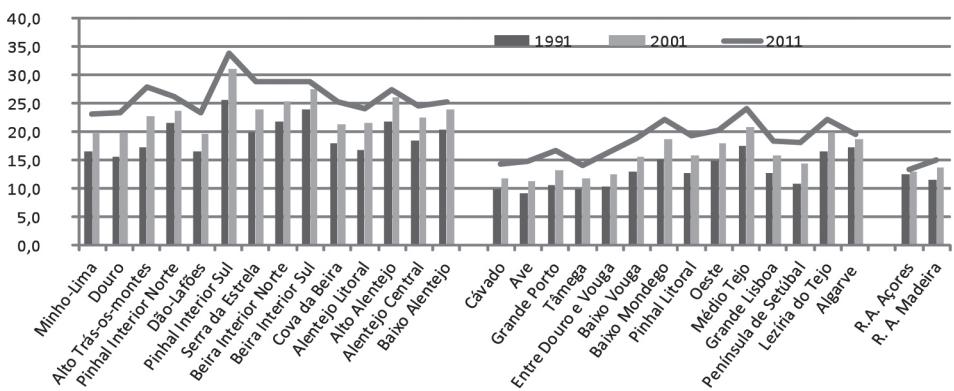


FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001 Resultados Provisórios 2011.

Relativamente à evolução da população com 65 e mais anos verifica-se o oposto do que aconteceu com os jovens. Registou-se um aumento em todas as NUTS III, sendo mais intenso nas NUTS interiores, como se apresenta na FIGURA 4.

FIGURA 4

Evolução da proporção de Idosos segundo as NUTS III de 1991 a 2011 (%)



FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001 Resultados Provisórios 2011.

Quanto á evolução das pessoas em idade activa, há também um contraste entre as NUTS III do litoral e interior onde esta proporção apresenta valores menos expressivos. Em 2011, a proporção de pessoas em idade activa tende globalmente a ser menor que a registada em 2001, com excepção das Regiões Autónomas onde registou um acréscimo. A diversidade da expressão deste indicador, bem como a sua evolução traduzem ainda uma outra dimensão da evolução populacional, a dos efeitos da atracção e repulsão da população.

Esta evolução das estruturas populacionais, nomeadamente a diminuição da proporção da população dos 0 aos 14 anos, traduziu-se na diminuição, contínua, de 1991 até 2011 do Índice de Dependência de Jovens. Ou seja, em 1991 por cada 100 indivíduos em idade activa havia cerca de 30 jovens, em 2001 esse valor diminui para os quase 24 jovens e em 2011 não atinge os 23. Já o índice de Dependência de Idosos apresenta um acréscimo dos cerca de 20.5%, cerca de 20 idosos por cada 100 indivíduos em idade activa para os 29 em 2011. Entre 1991 e 2001 a relação de dependência apresenta uma diminuição. Dos cerca de 51 jovens e idosos por cada 100 indivíduos em idade activa, em 1991, em 2001 havia cerca de 48, porém em 2011 esse rácio aumenta para os quase 52 Jovens e idosos, por cada 100 indivíduos em idade activa, agravamento que se deve ao aumento da proporção de idosos.

QUADRO 4
Índices de dependência em 1991, 2001 e 2011 (%)

<i>Índices de Dependência</i>	<i>1991</i>	<i>2001</i>	<i>2011</i>
Índice de Dependência de Jovens	30,1	23,6	22,6
Índice de Dependência de Idosos	20,5	24,2	29
Índice de Dependência Total	50,6	47,8	51,6

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001 Resultados Provisórios 2011.

Assim verifica-se uma tendência para a diminuição do Índice de Dependência de Jovens em todas as NUTS III, sendo nas NUTS do interior que este índice tende a apresentar os níveis mais baixos. No entanto, importa ressaltar que, em 2011, ainda que muito ténue, em 5 NUTS III houve um ligeiro acréscimo deste Índice depois de se ter registado uma diminuição de 1991 para 2001: Oeste, Grande Lisboa, Península de Setúbal, Lezíria do Tejo e Algarve.

Por sua vez a evolução do Índice de Dependência de Idosos caracterizou-se por um aumento generalizado em todas as NUTS, ainda que com intensidades diferentes. Nesse sentido é de mencionar a situação da Região Autónoma dos Açores, uma vez que este indicador teve um ligeiro decréscimo, tendo passado de 19.7% em 2001 para os 19.3%.

Em termos globais o Índice de Dependência Total sofreu um agravamento sendo no interior que se nota uma maior expressão/agravamento. De ressaltar, no entanto a ligeira diminuição registada no Cávado e nas Regiões Autónomas.

2.3. Algumas características da evolução das famílias

Nesta primeira análise, ainda uma nota final sobre um ponto importante do censo: a evolução das famílias. De facto o número de famílias aumentou de 2001 para 2011 na ordem dos 10,8%. No entanto a família, nesta evolução, também viu a sua dimensão média diminuir. De acordo com os dados que agora se apresentam a percentagem das famílias com mais de 3 pessoas diminuiu, assim como as de com 4 e 5 ou mais pessoas. O que significa que a dimensão média é menor tendo passado dos 3.1 indivíduos em 1991 para os 2.8 em 2001 e para os 2.6 em 2011.

QUADRO 5
Famílias clássicas segundo a dimensão (número de pessoas residentes)

	1 pessoa (%)	2 pessoas (%)	3 pessoas (%)	4 pessoas (%)	5 ou mais pessoas (%)	Dimensão média
1991	13.8	25.3	23.8	21.7	15.4	3.1
2001	17,3	28,4	25,2	19,7	9,5	2,8
2011	21,4	31,6	23,9	16,6	6,5	2,6

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001, Resultados Provisórios 2011.

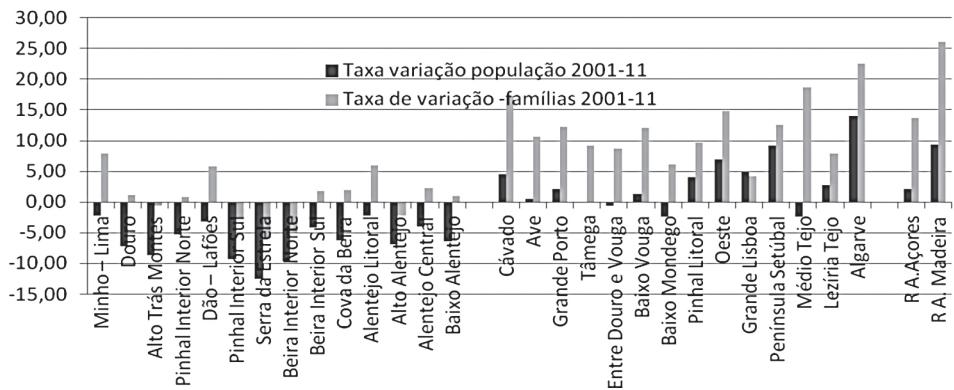
Quando se consideram as NUTS III sobressai a diminuição da dimensão média das famílias e o hiato entre a realidade nas NUTS do litoral, regiões autónomas e interior. Porém outras características sociais acabam por também pesar nesta distribuição territorial nomeadamente valores e padrões culturais e sociais.

Se por um lado, como já notámos se assiste à diminuição da dimensão média das famílias por outro verifica-se um aumento do número de famílias.

Contudo, contrariando esta tendência 5 NUTS III apresentam diminuição do número de famílias residentes: Alto Trás-os-Montes que de 2001 para 2011 perdeu 0.7%, ou seja, por cada 100 terá perdido quase uma família, Pinhal Interior Sul com -2.6% (por cada 100 famílias perdeu mais de duas), Serra da Estrela com -5.9% (por cada 100 famílias perdeu quase 6), Beira Interior Norte com -5% (por cada 100 famílias perdeu 5), e alto Alentejo com -2.2% (por cada 100 famílias perdeu mais de 2).

FIGURA 5

Taxa de Variação da população residente 2001/2011 e taxa de variação de famílias 2001/2011



FONTE: INE Recenseamento da População 2001, Resultados Provisórios 2011.

Comparando a evolução da população com a do número de famílias ressalta que é entre as NUTS do litoral que o acréscimo de famílias é mais significativo. Simultaneamente pode verificar-se que são as NUTS que registam maiores perdas populacionais que também registam as maiores perdas de famílias. Ou seja, nas regiões com maior repulsão, essa repulsão afectou também as famílias residentes.

3. CONCLUSÕES

“Quantos somos? Como somos? Onde vivemos? Como Vivemos?” São perguntas que recentemente se tornaram familiares no contexto dos Censos, em Portugal. Foram as perguntas de abertura dos Censos 2001 e que foram retomadas em 2011. Mas, mais do que perguntas de lançamento de um processo de uma operação estatística correspondem

às preocupações subjacentes às respostas que a sociedade, como um todo, precisa para se organizar e de que um país depende para compreender o seu passado, pensar o seu presente e construir o seu futuro.

Perguntas que estão na base da organização do processo de Recenseamento e também da organização da informação, que como se procurou apresentar foi sendo progressivamente mais complexo e abrangente, não só no que diz respeito às variáveis a inquirir, reflectindo as preocupações de carácter estatístico e da sociedade, mas também quanto ao processo de recolha de dados.

De facto apenas se reflectiu sobre alguns dos indicadores já disponibilizados, com particular incidência na população, que deixam antever o interesse pelos restantes dados que serão facultados com a versão definitiva do Censo.

Do que já se conhece, deste censo de 2011, pode pensar-se estarmos a confirmar as tendências que se delineavam desde 1991, a afirmação de um país envelhecido com rupturas dicotómicas profundas com marcados processos de atracção e repulsão populacionais e despovoamento. O crescimento que o país registou na última década é consequência, em 91%, de crescimento migratório positivo, enquanto apenas 9% se deveu ao saldo natural, reflexo da contínua quebra da dinâmica natural, devido ao decréscimo da fecundidade que se regista, principalmente, desde os anos 80 do século passado. Considerando a evolução e variação populacional segundo as NUTS III, de 1991 para 2011, afirmou-se a ruptura litoral/ interior, paralelamente a um abrandamento do ritmo de crescimento. São as NUTS do interior que registam entre 1991-2001 e 2001-2011 menor crescimento, bem como as que registam maiores perdas populacionais entre recenseamentos.

Também a evolução do crescimento migratório mostra uma tendência para abrandar, assim como para se tornar menos diversificado/ mais concentrado. O padrão de distribuição vai-se alterando, passando da concentração ao longo da faixa litoral, para uma outra configuração que se centra no centro e sul, traduzindo a perda de capacidade de atracção do norte.

Quanto às estruturas populacionais os resultados provisórios do Censo de 2011 vieram confirmar o duplo envelhecimento populacional, aumentando o número de regiões com índices de envelhecimento superiores a 100, num processo que já não se circunscreve às regiões

do interior. O crescimento populacional caracterizou-se por ser globalmente um crescimento urbano, centrado nas principais cidades litorais do país, prolongando-se através dos principais eixos viários. São principalmente alguns municípios das áreas metropolitanas do Porto e de Lisboa e das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores aqueles que mantém estruturas etárias menos envelhecidas.

Todavia, só será possível conhecer estes processos de forma detalhada com a informação completa do Censo. Além disso, subiste um interesse acrescido pelas possibilidades de resposta que, seguramente, as novas perguntas incluídas proporcionarão. Entre estas novas questões fica uma referência particular às migrações, uma vez que será possível obter informação sobre este processo cujo efeito é incontornável na dinâmica da população portuguesa.

BIBLIOGRAFÍA

- CARRILHO, M.J.. (1991): “Aspectos demográficos e sociais da população portuguesa no período 1864-1981. Evolução global do continente português.” *Estudos Demográficos*, 30, pp. 11-29.
- (1999). “Instituto Nacional de Estatística.” Pp. 278 in *Dicionário de história de Portugal* vol. Volume 8, edited by J. Serrão: Figueirinhas.
- CASIMIRO, F.(1991):“Censos-91 – sua estrutura metodológica e organizativa.” *Estudos Demográficos*53-63.
- DEMOSPIN. (2012): “Demografia economicamente sustentável – Reverter o declínio em áreas periféricas” (PTDC/CS-DEM/100530/2008). ”
- DIRECTIVA DO CONSELHO 87/287/CEE. 1991. “Directiva do Conselho 87/287/CEE”.
- DUPÂQUIER, J., DUPÂQUIER, M. (1985): *Histoire de la Démographie*, Edited by L. Académique, Paris.
- FRANCO,A.(1991):“Enquadramento dos recenseamentos a nível comunitário.” *Estudos Demográficos*, 30, pp. 47-51.
- INE. (1940): VIII Recenseamento Geral da População, Lisboa.
- (1940): VIII Recenseamento Geral da População, Lisboa.
- (1960): X Recenseamento Geral da População, Lisboa.
- (1981): XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação. Antecedentes, metodologia e conceitos, Lisboa.
- (1981): XII Recenseamento Geral da População, II Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa.
- (1991): “XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação.”

- INE. (1995): XIII Recenseamento Geral da População, III Recenseamento Geral da Habitação, Censos-91. Antecedentes, metodologia e conceitos, Lisboa.
- (2003): Antecedentes, metodologia e conceitos: Censos 2001 :XIV Recenseamento Geral da População : IV Recenseamento Geral da Habitação, Lisboa.
- (2010): Programa de Acção para os Censos 2011, Lisboa.
- MOREIRA, M. J. G. (2001): A Dinâmica demográfica na região do INTERREG Ibérico no Final do Século XX, dissertação de Doutoramento em Sociologia, Lisboa, FCSH-UNL.
- NAZARETH, J.M. (1988): Princípios e métodos de análise da demografia portuguesa, Lisboa, Editorial Presença.
- PINTO, M.L. (1996): “Instituto Nacional de Estatística.” Pp. 483-485 in Dicionário de História do Estado Novo, vol. I Volume, edited by Fernando Rosas and J. M. B. d. Brito. Lisboa, Bertrand Editora.
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA (1864): “População: censo no 1º de Janeiro de 1864.”
- (1878). “População no 1º de Janeiro de 1878.”, Lisboa Imprensa Nacional.
- REPARTIÇÃO DE ESTATÍSTICA GERAL. 1890. “III Recenseamento Geral da População” Lisboa.
- ROCHA, G. (1991): A dinâmica populacional dos Açores no século XX. Unidade, permanência, diversidade, Ponta Delgada, Universidade dos Açores.

ANEXO

QUADRO 6
*Taxas de crescimento efectivo, natural e migratório segundo
 as NUTS III de 1991-2001 e 2001-2011 (%)*

Regiões NUTS III	1991-2001			2001-2011		
	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório	Taxa de crescimento efectivo	Taxa de crescimento natural	Taxa de crescimento migratório
Minho-Lima	0.1	-2.2	2.3	-2.1	-3.3	1.2
Douro	-7.0	-1.8	-5.3	-7.2	-4.1	-3.0
Alto Trás-os-Montes	-5.0	-4.3	-0.8	-8.3	-6.2	-2.0
Pinhal Interior Norte	-0.7	-5.9	5.2	-5.3	-6.4	1.1
Dão-Lafões	1.4	-1.5	2.9	-2.9	-2.8	-0.1
Pinhal Interior Sul	-11.8	-9.4	-2.5	-9.1	-11.7	2.6
Serra da Estrela	-7.7	-5.9	-1.8	-12.4	-8.8	-3.6
Beira Interior Norte	-2.7	-5.8	3.1	-9.5	-7.6	-1.9
Beira Interior Sul	-3.6	-7.5	3.9	-4.2	-8.4	4.2
Cova da Beira	0.5	-4.0	4.5	-6.2	-4.4	-1.9
Alentejo Litoral	1.5	-4.8	6.2	-2.1	-4.9	2.8
Alto Alentejo	-5.6	-6.1	0.5	-6.4	-7.8	1.3
Alentejo Central	0.2	-3.6	3.9	-3.5	-4.3	0.8
Baixo Alentejo	-5.6	-7.0	1.4	-6.3	-7.1	0.8
Cávado	11.4	6.6	4.8	4.5	3.9	0.6
Ave	9.5	6.2	3.3	0.3	2.6	-2.4
Grande Porto	8.0	3.5	4.5	2.0	2.1	-0.1
Tâmega	8.4	7.2	1.2	-0.1	3.4	-3.5
Entre Douro e Vouga	9.8	4.9	4.9	-0.6	2.0	-2.6
Baixo Vouga	10.1	1.8	8.3	1.3	0.3	1.0
Baixo Mondego	3.5	-1.3	4.8	-2.4	-2.4	0.0
Pinhal Litoral	12.5	1.8	10.8	4.1	0.8	3.3
Oeste	7.3	-1.2	8.5	6.6	-1.1	7.7
Médio Tejo	2.1	-3.3	5.4	-2.2	-3.5	1.3
Grande Lisboa	3.6	1.2	2.4	4.7	2.4	2.3
Península de Setúbal	11.6	1.8	9.8	8.9	2.5	6.4
Lezíria do Tejo	3.3	-3.3	6.6	2.9	-2.8	5.7
Algarve	15.7	-1.9	17.6	14.0	0.1	13.8
Região Autónoma dos Açores	1.8	3.7	-1.9	1.8	2.0	-0.2
Região Autónoma da Madeira	-3.3	2.5	-5.8	9.4	0.8	8.5

FONTE: INE Recenseamento da População 1991, 2001, Resultados Provisórios 2011 e Estatísticas Demográficas/ Demospin